



UNICAMP

P23.16

EVENTO:

PACOTE IMPÕE CORTE DE VERBAS PARA O SETOR

VEÍCULO:

ESTADO DE S. PAULO

DATA:

12/11/97

PÁGINA:

D3

SEÇÃO:

CADERNO 2



POLÍTICA CULTURAL

Pacote impõe corte de verbas para o setor

Orçamento da pasta deve diminuir em 15%, o que representa cerca de R\$ 37 milhões atualmente

JOTABÊ MEDEIROS

O Ministério da Cultura (MinC) deverá sofrer um corte de cerca de R\$ 37 milhões no seu orçamento, determinado pelo pacote de medidas econômicas anunciado anteontem pelo governo federal. O corte previsto é de 15% do orçamento — atualmente, fixado em R\$ 249.680.340,00.

O Ministério da Cultura tem duas fontes orçamentárias: uma direta, que está expressa no valor acima, e outra indireta, por meio da renúncia fiscal. É essa segunda fonte que financia a Lei Rouanet e a Lei do Audiovisual, a primeira de incentivo a diversas atividades artísticas e a segunda de estímulo à atividade cinematográfica. Ainda não se sabe ao certo quanto do montante de renúncia fiscal será comprometido pelo pacote econômico, porque a definição do teto dessa quantia só sai em dezembro ou janeiro.

O ministro da Cultura, Francisco Weffort, esperava dobrar o montante disponível para renúncia fiscal em 1998 (iria dos atuais R\$ 120 milhões para R\$ 240 milhões). Segundo o secretário de Apoio à Cultura do ministério, José Álvaro Moisés, essa expectativa permanece, já que o MinC é responsável por apenas 0,08% de todo o volume de renúncia fiscal do governo federal.

“É um valor tão pequeno que não afeta o total que se quer



Raimundo Valentim/AE — 14/4/97

O ministro Francisco Weffort: expectativa ainda é dobrar o montante disponível para renúncia fiscal em 1998, chegando a R\$ 240 milhões

economizar”, pondera Moisés. Os técnicos e principais assessores do ministério estiveram reunidos durante toda a tarde de segunda-feira para discutir o impacto do pacote no setor cultural. Ontem, oficialmente,

o ministério anunciou que a medida “não atingiu” a pasta.

Na verdade, o ministério espera ganhar tempo para discutir as medidas. O ministro Weffort considera que ainda não há

uma decisão definitiva sobre os cortes e acredita que ela será negociada caso a caso. “Pode mudar para melhor ou pode mudar para pior, ainda estamos examinando”, ponderou o secretário Moisés. Como parte do apoio a orquestras e museus sai do orçamento direto do órgão, o ministério assegura que não haverá mudanças

nesses setores.

Não se pode garantir o mesmo, entretanto, em relação à Lei do Audiovisual (lei 8685/93), que financia o cinema. Os recursos da lei também provêm da renúncia fiscal, cujo teto só vai ser definido nos próximos dois meses, mas o Ministério do Planejamento reafirmou sua intenção de fazer um “corte linear” nos gastos do governo — as únicas áreas preservadas foram a saúde, educação, reforma agrária e assistência social.

O orçamento direto do Ministério da Cultura teve um aumento significativo nos últimos dois anos. Em 1995, era de R\$ 104 milhões. Em 1996, começou o ano com R\$ 193 milhões e terminou com R\$ 214 milhões. Em 1997, cresceu para R\$ 249 milhões, valor que, acrescido dos R\$ 120 milhões da renúncia fiscal, fizeram o ministério contar com um orçamento recorde em sua história.

**MINISTÉRIO
AINDA ESPERA
NEGOCIAR AS
MUDANÇAS**